

Dissertação na posse da Cadeira n.º 3

Cel. Felício Lima

Os componentes dêste conceituado Instituto, honraram-me com a minha eleição para a cadeira n.º 34, de que é patrono o eminente Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa e que vinha sendo ocupada, com raro brilho, até há pouco, pelo saudoso confrade Cel. Luiz Lobo.

Assim, apresento ante êste seletto auditório os meus sinceros agradecimentos aos prezados consócios que concorreram para a minha designação, prometendo-lhes tudo fazer no sentido de corresponder à confiança que depositaram em minha humilde pessoa.

Quanto às referências que me vêm de ser feitas pelo ilustre coestadano e dileto amigo Cap. Dr. Carlos de Sudá de Andrade, acredito-as próprias de um lhano coração em que a grandeza de magnânima alma está sempre pronta a atenuar os defeitos do próximo e a enaltecer a conduta daqueles a quem tem em alta conta.

Carlos Sudá, estudioso incansável, rebento de uma família de intelectuais — cujo progenitor foi destemido cadete da tradicional Escola Militar do Ceará e meu grande amigo, Dr. Joaquim José de Andrade, talento de primeira grandeza que deixou exemplos indeléveis de sua probidade, — Sudá, dizia, é um invulgar ornamento da literatura pátria, a quem o estilo colorido, sua bela capacidade descritiva e vasta ilustração asseguram, de certo, um dos primeiros lugares nas letras brasileiras contemporâneas; também na medicina, os seus trabalhos profissionais, sempre a serviço dos necessitados, representam elegante filantropia que muito o recomenda a um futuro tão próspero como risonho.

Senhores! Discorrer sôbre a respeitável figura e a atuação ímpar do primeiro Soares de Andréa em nossa Pátria, ação ímpar de primeiro Soares de Andréa em nossa Pátria,

A sua grandeza, a sua benemerência, é a de ter sido um patriota que viveu para o Brasil, que o amou apaixonadamente, que não teve qualquer ambição, demonstrando por isso uma admirável superioridade moral.

A sua reminiscência faz ascender no espírito juvenil, as esperanças esmeraldinas do porvir, ante as tradições de energia, de amenidade e de lhanesa no trato de um saudoso patriota, em quem se espelham as virtudes da gente simples, a seiva e o fluido suave que conservam a pureza, o seu vigor e as emanações sensíveis de uma alma pura e dedicada ao bem público.

E a sua titude de repressão aos meios ímpios e vergonhosos, justifica-se plenamente porque um bom General deve contar como o seu próprio valor e virtude; jamais com a maldade e perfídia dos que os cercam... Ele tinha em mente que, onde cada um se limita à esfera que lhe é própria, não haverá invasão do campo de atividade de ninguém; daí a genese da liberdade e da confiança mútua...

Foi sempre um forte porque nunca repeliu a mão que o vencido lhe estendia.

Ingressando no Exército Brasileiro, em 1796, foi reconhecido cadete de 1.^a classe. Matriculado na Real Academia de Marinha, completou com distinção o curso de engenharia e navegação, depois de haver tomado parte, ainda como aluno, na campanha de 1801, entre as potências da península Ibérica, a qual resultou na anulação do tratado de São Ildefonso, ficando o Brasil novamente de posse da Colônia de Sacramento e da região dos Sete Povos das Missões.

Com a conclusão de seus estudos, passou ao Arquivo Militar, trabalhando no nivelamento da cidade, no saneamento dos paúes da Quinta da Boa Vista e no reconhecimento da estrada Rio-Rio Preto. Promovido a sargento-mór em 1811, foi dispensado do Arquivo e no ano seguinte encarregado da construção daquela estrada, que tomou o nome de "Comércio"; conservou-se nessa comissão até 1817.

Nêsse ano, como parte do estado-maior do General Luiz do Rêgo Barreto, incorporou-se à expedição que se propunha a pacificar o Nordeste, atingindo, então, ao posto de Tenente-Coronel.

Fracassado o movimento libertador em Pernambuco, — a despeito da proclamação da República na cidade cearense do Crato, pelo diácono José Martiniano de Alencar, pai do estadista e genial romancista de igual nome, — os rebeldes deixaram Recife, rumando para Olinda. Dos membros da Junta Revolucionária dissolvida, foi o primeiro Antônio Carlos, grande batalhador e haste insigne da estirpe dos Andradas, o único que seguira a sorte das fôrças revo-

lucionárias, as quais, desprovidas de recursos bélicos, acabaram por se desagregar.

Acumulou, em 1818, o cargo de secretário do governo legal, tendo ainda a missão de organizar as unidades militares da época, em face de plano aprovado. Assumindo o comando do destacamento de engenheiros, executou vários reconhecimentos militares. Manteve-se nessas funções até 1821, chefiando ainda as obras bélicas e civis da província então sublevada.

Ao regressar à Côrte, assistiu ao célebre General português, Jorge Avilez, revoltar-se contra os acontecimentos de 9 de Janeiro de 1822, que colimaram com o "Fico".

E este brado cívico, foi um grito nacional, porque o herdeiro da corôa brasileira, naquele insigne momento, rompia com o próprio pai, quebrando assim os últimos laços que o prendia a Portugal.

Declarando-se partidário de nossa emancipação política, acompanhou o General Joaquim Xavier Curado ao Q. G. de sua Brigada Militar, na província do Rio de Janeiro, onde permaneceu, incondicionalmente, ao lado da causa brasileira.

A Assembléa Legislativa distinguiu-o, em 1823, com a sua nomeação para membro da comissão de guerra exterior e aí seu exercício prolongou-se até 1826 e se houve com a competência técnica que lhe era peculiar, apresentando importantes trabalhos, como o de adotar a Côrte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul de fortificações, visando a defesa territorial; daí haver alcançado, sucessivamente, os postos de Coronel de Engenheiros e de Brigadeiro do Exército, por serviços relevantes prestados à pátria que adotara.

Chegando ao Rio Grande do Sul, onde fôra servir nas fôrças do comando do Marquês de Barbacena, foi empossado no cargo de Ajudante-General do exército que operava na fronteira contra as pretensões de Rosas o ditador de Buenos Aires.

Ultimada a concentração das tropas brasileiras em Santana do Livramento, teve início a marcha de aproximação, até que a 20 de Fevereiro de 1827, no Passo do Rosário, desenrolou-se a célebre batalha que tomou este nome e também o de Ituzaingô, estando o exército inimigo sob o comando do General argentino D. Carlos Maria de Alvear, que contava com importantes elementos uruguaios do General Lavallejo e do Coronel Manoel Oribe.

A atuação de Soares de Andréa, naquela memorável

batalha, foi de grande envergadura, segundo comprovam as referências feitas nas partes de combates de vários chefes.

A descrição que apresentou, após o término das operações, veio elucidar plenamente a controvérsia que surgira de que o inimigo capturara grande cópia de nosso material de artilharia, quando, em verdade, apenas uma peça, que fôra considerada imprestável, ficara abandonada no campo da luta.

A propósito, é oportuno transcrever aqui um trecho do interessante relatório apresentado pelo Marquês de Barbacena: "...Não posso igualmente deixar de fazer honrosa menção ao Sr. Brigadeiro Soares de Andréa, Ajudante General das fôrças em operações em tão sangrenta batalha, o qual foi de mim inseparável durante a ação e prestou mui grandes serviços".

Com o retôrno de Barbacena à Côrte, em 1828, foi-lhe confiado o comando das fôrças imperiais da praça de Montevideu, até o ano seguinte, em que, pelo respectivo tratado de paz, de 27 de Agosto, foi incorporada ao Uruguai aquela famosa fortaleza.

Ficou no comando da guarnição da fronteira do Rio Grande do Sul, onde projetou o plano de fortificações dessa província e a construção do farol da barra.

Ainda em 1829, deixando aquelas funções, foi nomeado governador e Comandante das Armas de Santa Catarina, cujos cargos assumiu em 30 de Junho, exercendo-os até 1830, pois a 1.º de Abril levou-o ao Pará idêntica missão.

Em consequência dos acontecimentos de 7 de Abril de 1831, em que D. Pedro I foi obrigado a deixar o Brasil, teve denúncia de que um dos partidos de Belém tramava sua deposição. Não obstante, continuou, com energia, em seu elevado cargo, até que por ordem da Regência recolheu-se à Côrte.

Acusado, em 1832, de partidário da restauração de D. Pedro I, pelo fato de ser membro da Sociedade Militar, em oposição àquele golpe de estado, foi muito perseguido e, respondendo a conselho de guerra, por punição a um oficial de Polícia no Pará, foi absolvido em virtude de empolgante auto-defesa.

Renovando-se as injustas denúncias, uma das quais insinuava ser Soares de Andréa um dos supostos chefes do partido restaurador, deportou-o o govêrno, em 1833, para o Rio Grande do Sul,, incumbindo-o, contudo, de diversos trabalhos militares, que realizou com alto grau de patriotismo

Sòmente em 1834, com o falecimento do Duque de Bra-

gança, extinto o partido Caramurú, a Regência enviou ao Sul instruções para amenizar a situação de Soares de Andréa. Ali, dirigiu a construção do farol da barra, comissão essa que deixou em 1835, no mês de Março, por determinação do governo imperial, que reputava os seus serviços necessários na Côrte.

A luta civil, conhecida por Guerra dos Cabanos, que explodiu em 1832 em Alagoas, estendendo-se a Pernambuco com o nome pitoresco de "Abrilhada" e depois ao Pará, onde os sediciosos vencedores cometeram crimes hediondos, assassinando Bernardo Lobo dos Santos, presidente da província, Coronel Joaquim José da Silva Santiago, Comandante das Armas, e Capitão de Fragata Jaime Inglis, Chefe da Estação Naval e herói da campanha naval 1827-1828, assumiu, com o seu cortejo de crueldades, aspecto alarmante para o Império.

Daí, a convite feito a Soares de Andréa para operar no restabelecimento da ordem na Amazônia, onde a situação se tornava cada dia mais complicada.

Pacificação do Pará

O rompimento entre os chefes sediciosos Francisco Pedro Vinagre e Felix Antônio Clemente Malcher, agravou o caso paraense.

Nessa altura, foram envolvidos vários oficiais da nossa Armada, entre êles os irmãos José Eduardo e João Maria Wandenkolk, então primeiros tenentes, que, no auge do partidatismo, bombardearam a cidade de Belém, com o objetivo de manter Clemente Malcher no posto de presidente, um usurpador e delinquente vulgar.

Esse ato permitiu ao então primeiro tenente Oliveira Figueiredo exclamar: "Que espetáculo triste e revoltante era ver uns poucos navios de guerra brasileiros despejarem sem piedade, sôbre uma cidade também brasileira, suas artilharias, por ordem e com o fim de sustentar na presidência um criminoso, chefe dos sediciosos assassinos de 7 de Janeiro de 1832!"

A Regência enviou, nêsse interim, em socôrro dos paraenses, fôrças das províncias do Ceará e do Maranhão que, incorporadas às de Pernambuco, ficaram sob o comando do Tenente-Coronel João José de Souza.

Tais destacamentos, embora agindo em combinação com a esquadilha comandada pelo Capitão de Fragata Bar-

tolomeu Hayden, não debelaram a insurreição, havendo apenas alcançado êxitos isolados.

Impressionada, ainda, a Regência com os acontecimentos revolucionários desenrolados no Rio Grande do Sul, procurou um General capaz de resolver uma situação que vinha desacreditando o governo imperial.

Assim é que, em Novembro de 1835, foi escolhido o Brigadeiro Soares de Andréa para os cargos de Presidente e Comandante das Armas da província paraense..

Após os preparativos indispensáveis à expedição, partiu 2 de Janeiro de 1836, recebendo outros elementos militares na Bahia, passando ao seu comando geral a força naval do Capitão de Fragata Frederico Mariath, tendo como auxiliares diretos os bravos tenentes João Marques de Souza, mais tarde Marquês de Tamandaré, e Francisco Manoel Barroso da Silva, o herói do Riachuelo e depois Barão do Amazonas.

Chegando a expedição a Tatuoca, em 19 de Abril, assume Soares Andréa as suas novas funções, estabelecendo seu Q. G. naquela memorável ilha.

As primeiras escaramuças, os legalistas obtiveram reais êxitos e os rebeldes verificaram a impossibilidade de enfrentar as forças expedicionárias. Enviaram, pois, uma delegação de paz, sob a chefia do cearense Eduardo Nogueira Angelim, cuja proposta, entre outras condições, estipulava: "...que publicasse Soares de Andréa uma anistia geral dando liberdade a todos os presos e lançando um veu sobre os males passados; que prestasse alguma garantia que assegurasse não ser ofendida pessoa alguma comprometida na revolta..."

Retrucou o Brigadeiro que só entraria em entendimentos, se constasse das condições de paz o propósito de rendição incondicional, caso em que agiria junto à Regência, no sentido de pacificar a grande província setentrional, obtendo concessões que não viessem ferir o princípio de autoridade do Império e nem a dignidade dos insurretos.

Com a tomada de Vizeu, em 25, pelo 1.º Tenente Luiz Salvino, comandante da canhoneira "D. Francisca", e de Igarapé-Mirim, em 29 no mês de Abril, pelo 1.º Tenente Francisco Manoel Barroso, mais os rebeldes se enfraqueceram, ocasionando segunda tentativa de paz, realizada a 1.º de Maio, a bordo da corveta "Defensora."

Dessa vez, Angelim, solicitava a suspensão das hostilidades até que a Regência resolvesse sobre o pedido que naquela data lhe dirigia.

Soares de Andréa concordou, mas mediante a seguinte condição: "Escolham uma posição em que possam esperar a resposta de sua súplica, sem que ela seja tal que possa ser base de novas tentativas. Então, eu tomo a responsabilidade e respeitarei essa posição, enquanto não vier a resposta. E não prometo mais nada."

Percebendo o General em chefe que os rebeldes procuravam retardar o acôrdo firmado a bordo da "Defensora", dando lugar a que a 5 uma fôrça que subira o rio Guamá travasse combate com os mesmos, entrincheirados no engenho "Pernambuco", determinou a reabertura das hostilidades, forçando a passagem, a 7, do engenho em aprêço, com três escunas sob o comando do 1.º Tenente Francisco de Paula Osório. Nesse mesmo dia de Maio, enquanto um corpo de voluntários, à luz do dia, desembarcava e tomava o engenho "Bom Intento", o 1.º Tenente Barroso, durante a noite, apoderava-se de uma gambarra inimiga, armada de artilharia, nas proximidades de Belém.

Com tais derrotas, os revoltosos pediram a mediação do Bispo de Belém, D. Romualdo de Souza Coelho, tendo êsse eminente prelado feito o seguinte apêlo:

"Reunindo-se hoje o povo no palácio do govêrno, me pediu com muita instância por uma deputação houvesse de rogar a V. Ex. se digne de anuir a tôdas as proposições que se lhe tem feito, na certeza de que, recusando-se V. Ex. a esta acomodação pacífica, passarão a incendiar e destruir a capital, como fez a legalidade em Igarapé-Mirim, o que êles têm sentido vivamente. Espero, pois, que V. Ex., compadecendo-se do estado deplorável em que me acho, não tendo mais do que a pele colocada aos ossos, e sobretudo pelo interêsse da humanidade oprimida, que deve tocar o piedoso coração de V. Ex., tudo fique em bôa ordem, mediante a prudência e sabedoria que caracterizam a V. Ex.

Conforme se vê, o próprio prelado declarou que Soares de Andréa sempre agia "mediante a prudência e sabedoria" e, quem assim procede, não poderia receber uma proposta de paz que redundara numa ameaça injustificável!

Então, coerente com as decisões tomadas e cumprindo ordens da Côrte, respondeu que não lhe assistia o poder de fazer outras concessões antes da rendição incondicional.

Como essa resposta não agradasse, o chefe revolucionário, arditosamente, removeu o seu acampamento, sob a bandeira inglesa, o que motivou a seguinte proclamação de Soares de Andréa: "... Ser repugnante esta idéia, pois brasileiros não necessitavam da misericórdia de bandeiras es-

trangeiras, e êle, posto que nascido na Europa, era descendente de brasileiros e vivendo no Brasil desde criança só conhecia a soberania dêste país, que amava extremadamente e pelo qual faria todos os sacrifícios.”

Que bela lição de civismo !

Com tal atitude dos revolucionários, não querendo o preclaro Brigadeiro mais procrastinar, resolveu efetivar o sítio da Capital. Angelim, abandonando-a, publicou um boletim insidioso, não sem ocultar aos paraenses as legítimas causas da rendição, em prol da harmonia dos brasileiros.

À vista de tão extemporâneo gesto, o comandante em chefe ordenou a ocupação da cidade, ao alvorecer de 13 de Maio, pelo Capitão de Fragata Mariath, cujas forças navais, operavam em conjunto com a coluna do Ten. Cel. Joaquim José Luiz de Souza, o célebre vencedor dos Cabanos em Pernambuco, tendo antes o Capitão-Tenente Petra de Bittencourt se apoderado da bateria de Pedreira, no rio Guamá, sob a direção do próprio Eduardo Angelim.

Concomitantemente, chega a nova da tomada do engenho “Taperuçú”, sôbre o rio Capim, pelos comandados do 1.º Tenente Paula Osório.

Soares de Andréa entra vitorioso na Capital, vencida à custa de firmeza e fino tato, entregando-se, daí por diante, aos incessantes trabalhos de pacificação da grande região amazônica.

Os sediciosos, perdido o prestígio e escassos os recursos, debandaram pelo sertão, sendo capturado grande número dêles.

Assim, graças à atuação patriótica do ilustre comandante em chefe, foi abatida a fúria dos rebeldes, mais tarde aniquilados completamente, uns pelos contingentes da polícia local, e outros aprisionados, entre êles constando principal chefe, Nogueira Angelim, que, com muitos dos seus companheiros, cumpriu sentença judiciária no presídio de “Fernando de Noronha.”

Harmonizado o Pará, voltou a ordem àquela fabulosa região, obra filantrópica, em grande parte devida a Soares de Andréa, que implantou a paz social e a tranquilidade na família paraense, na mais perfeita reciprocidade de direitos e deveres, tornando-se, assim, credor da mais merecida gratidão.

Os relevantes serviços que prestou, numa quadra periclitante para o Brasil, foram reconhecidos pelo Imperador, que o promoveu a Marechal de Campo, e pela província que pacificou, que o elegeu deputado; tomou assento à As-

sembléia Geral Legislativa a 6 de Junho de 1839.

Acusado pelos seus pares, em memorável sessão daquella Assembléia, por supostos abusos de autoridade praticados contra os revoltosos do Pará, provou exuberantemente a má fé com que agiram os chefes rebeldes, justificando, plenamente, a necessidade imperiosa de, algumas vezes, empregar métodos rigorosos, mas sempre e tão somente em benefício da boa marcha das operações militares.

Restauração de Santa Catarina

No Rio Grande do Sul, a revolução farroupilha tomava um caráter assustador para a Monarquia Bragantina. E' que, urgindo aos revolucionários comunicar-se com o exterior e não podendo assenhorear-se da Lagoa dos Patos por estarem em poder dos imperiais os setores estratégicos, — cidade do Rio Grande e vila São José do Norte, — voltaram as vistas para Laguna, em Santa Catarina.

Daí a resolução de Bento Manoel Ribeiro de organizar no Viamão, próximo de Pôrto Alegre, uma coluna que, sob o comando de David Canabarro, agindo de pleno acôrdo com elementos navais do bravo José Garibaldi, occuparia aquêlê pôrto.

Assim é que, a 23 de Julho de 1839, Canabarro e Garibaldi apossavam-se de Laguna, que, com a denominação de Cidade "Juliana", ficou sendo a capital da efêmera república catarinense.

Essa conquista impressionou de tal maneira a Regência, que a levou a convidar Soares de Andréa para atuar na zona invadida, na qualidade de Comandante das Armas e com poderes para governá-la.

Por isso, deixando a Assembléia Legislativa, partiu, com a urgência requerida, para o teatro de operações, levando consigo uma esquadilha naval sob o comando do já Capitão de Mar e Guerra, Frederico Mariath, seu digno auxiliar na campanha paraense.

Alí chegando, tratou de organizar as fôrças do seu comando, com um destacamento às ordens do Tenente-Coronel José Fernandes dos Santos Pereira, incumbido de atacar Laguna por terra, em ligação com a fôrça naval de Mariath.

O forte da barra, comandado pelo Capitão farroupilha Felipe Capote, estava eficientemente artilhado e protegido pelos elementos de marinha de Garibaldi.

A 15 de Novembro, ao romper da aurora, Mariath forçou a entrada do pôrto com os seus valentes marinheiros.

As operações duraram cêrca de uma hora e nelas pereceram todos os comandantes dos navios farroupilhas, menos Garibaldi, que combateu, como sempre, intrépidamente, consoante afirmam as efemérides do Barão do Rio Branco.

Quanto a Canabarro, sentindo a aproximação das forças de Santos Pereira, que avançavam por Vila Nova, evacuou Laguna, passando-se para o Sul e com isso a coluna imperial penetrou sem resistência nas fortificações inimigas, justamente quando terminava o combate naval.

Bento Manoel, então, com a perda de Laguna, e tendo mais tarde entrado em desentendimento com o seu rival Bento Gonçalves, que não apoiara aquela aventura, abandonou pela segunda vez os seus companheiros de luta, rumando a Florianópolis, onde, com alguns correligionários, solicitou anistia ao chefe imperial.

Soares de Andréa, empregando os seus bons ofícios, obteve da Regência tal graça, com a condição, porém, de residir Bento Manoel fora do Brasil, indo domiciliar-se em Montevideu.

Com o fracasso de Santa Catarina e o gesto dêsse guerreiro paulista, sofreu a revolução um grande golpe, determinante, talvez, do desânimo que pouco a pouco invadiu o seio da família sul-riograndense.

Dêsse modo, foi, naquela província, restabelecida a ordem, graças à enérgica e patriótica atuação de Soares de Andréa, cujas operações bélicas podemos considerar modelares.

No Rio Grande do Sul

Todavia, na grande província meridional, a revolução farroupilha continuava sanguinolenta.

Face a tal situação, a Regência resolveu escolher um presidente capaz de reunir em si a direção da guerra e a administração civil e outro não poderia ser, que Soares de Andréa, o indicado para o desempenho de tão difíceis incumbências.

Nomeado por decreto de 14 de Junho de 1840, foi o eminente Marechal substituído, nas funções que exercia em Santa Catarina, pelo Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito.

Assumindo, a 27 de Julho, em Pôrto Alegre, seus altos encargos, delineou logo o seu plano de campanha, que executado, mais tarde, em parte, muito concorreu para resta-

belecer a confiança em seus subordinados, que se achavam imbuidos de certo desalento.

Mas, antes de o levar a efeito, procurou um entendimento com Bento Gonçalves, visando afastá-lo da revolução, como já havia conseguido com Bento Manoel, desde que não fosse possível pacificar-se a província, em razão da intransigência de alguns chefes farroupilhas.

Dá ensejo lembrarmos aqui trechos da correspondência pacificadora, inserida na importante obra "Guerra Civil no Rio Grande do Sul", da lavra do notável escritor cearense Tristão de Alencar Araripe:

"O General Soares de Andréa, oficiando então ao governo imperial, dizia: — Estou persuadido de que se levará algum tempo em doces esperanças, mas de que não são os rebeldes os que hão de aceitar condições que deixem de ser injuriosas ao Império: a única maneira de conciliar os partidos é mostrar-lhes fôrças, com que não possam."

"Se, por um lado, assim falava o delegado do governo legal, por seu lado o representante do governo rebelde, comunicando aos seus soldados que esperava da Côrte resposta sôbre a paz, dizia-lhes: — Enquanto, porém, isto não succede, é mister redobrar de esforços para operarmos com feliz sucesso; porque se o governo imperial estiver, disposto a entrar em negociações conosco, quanto mais favorável for a nossa posição, tanto mais vantagens podemos obter dela; no caso oposto, esgotados todos os recursos para obter-se uma conciliação honrosa, só nos cumpre sustentar a guerra."

Malogradas as negociações de paz, Soares de Andréa resolveu agir, requisitando, contudo, à Regência, um reforço de 2.000 homens para a reserva.

Mas o Ministério da Maioridade, de credo político oposto a Soares de Andréa, achando que outro intermediário poderia ser bem sucedido, dado o escrúpulo dos chefes farroupilhas de tratarem com um Marechal que não havia nascido no Brasil, enviou o deputado Francisco Alves Machado para se entender com Bento Gonçalves.

Então, afim de não criar embaraços ao governo central, deixou, a 30 de Novembro, Soares de Andréa a sua alta investidura, transferindo-a ao referido deputado paulista e ao General Santos Barreto, aos quais sugeriu medidas salvadoras da integridade do Império, justamente no momento em que se tramava o seu desprestígio!

Eis, senhores, como os políticos de outrora recompensavam os relevantes serviços de um Marechal que, encane-

cido na carreira militar, arriscou muitas vezes a sua vida em proveito dos interesses brasileiros!

Porém, “a glória — disse um estadista insigne — pode sobreviver a uma derrota; o sol oculta às vezes os raios numa nuvem de meio-dia, mas logo ostenta de novo todos os seus esplendores sôbre as verdes colinas”.

Volvendo à Côrte, reassumiu a sua cadeira de deputado, até que, a 11 de Outubro de 1842, findo o seu mandato que coincidiu com a sua promoção a Tenente-General, passou a comandar o Corpo de Engenheiros.

Regressou à Assembléia Legislativa em Janeiro de 1843 e tomou posse da cadeira de deputado, pela província do Rio, até que em Março dêsse ano, foi investido na presidência e no comando das armas de Minas Gerais.

Em Julho de 1844, deixou aqueles misteres na província mineira, por outros congêneres na Bahia, assumindo-os em Dezembro do mesmo ano.

Alí esteve até Julho de 1846, data de sua exoneração por haver sido nomeado Conselheiro de Guerra.

Na Fronteira Meridional Brasileira

Restituída a paz ao Rio Grande do Sul, pelo imortal Caxias, os acontecimentos no Estado Oriental tomaram aparência assustadora, devido ao sítio da praça de Montevideu por Manoel Oribe e às constantes correrias de seus sequazes, que invadiam impunemente a nossa fronteira, praticando depredações.

Certificando-se a Regência de que aquele caudilho não passava de mero instrumento de Rosas, resolveu nomear, em 1848, mais uma vez, Soares Andréa, Presidente e Comandante das Armas da província gaúcha, com o objetivo de opor fôrças brasileiras às prepotências do ditador de Buenos Aires.

O bravo Marechal seguiu imediatamente para o Sul e a 10 de Abril, em Pôrto Alegre, com aqueles poderes, iniciou sua nova tarefa.

Suas primeiras providências foram promover o entrenchearamento da cidade e a escôlha de posições para os respectivas acampamentos, indicando Caçapava — lugar apropriado a uma fortaleza e importante região estratégica que abrigaria as tropas brasileiras no caso de uma retirada — para depósito central de uma fôrça de 20.000 homens.

Realmente, foi louvável a sua previsão porque, se levarmos em conta os exercícios de quadro da Escola de Esta-

do Maior, desenrolados em 1922, na província em questão, veremos que o General Chefe da Missão Militar Francesa, no Brasil, em sua idéia de manobra, apoiara os nossos exércitos em Cruz Alta e Caçapava, setores estratégicos por excelência, sendo que a região desta cidade fôra organizada defensivamente pela 1.^a D. I., com a missão de acolher os destacamentos de cobertura, fixar os inimigos, preparando assim o início da ofensiva fulminante pelo desbordamento dos exércitos do Norte, sacudindo os invasores sôbre o caudaloso rio Uruguai e impossibilitando-os de uma retirada em ordem. Daí ter sido Caçapava séde de uma Direção de Etapas, com depósito de víveres, material bélico, remonta, etc., para suprimento das fôrças atacantes.

Entretanto, as importantes obras que alí foram edificadas por uma comissão de engenheiros da qual fez parte o então Capitão José Maria Pereira de Campos, continuam inacabadas, sem ter ao menos como séde uma simples subunidade do nosso Exército!

Já tratámos, aliás, desta palpitante questão numa série de artigos publicados em 1912, quando servíamos na Comissão da Carta Geral do Brasil.

Prosseguindo, voltamos às medidas tomadas, à época, pelo nosso Marechal, que ordenou, além disso, o levantamento de um plano de fortificações e de um Arsenal de Marinha na Banda Oriental.

Pondo, enfim, o Rio Grande do Sul em estado de guerra, cumprindo com vantagem a delicada missão aos seus cuidados, pois o perigo para o Brasil havia passado, recebeu ordem de recolher-se à Côrte, onde obtivera a incumbência de executar o alinhamento do cáis da Alfândega e o decorrente modo de construí-lo.

Ainda como membro da comissão encarregada da revisão da legislação militar, tendo-se agravado seus males, adquiridos em campanha, foi-lhe concedida a reforma, por decreto de 17 de Fevereiro de 1852, continuando, porém, como Conselheiro de Guerra.

Com a vitória das fôrças brasileiras na encarniçada batalha de Monte Caseros, ficou salvo o Uruguai de ser incorporado à Argentina e resolvida a questão de limites da vizinha república com o Brasil, ficando a presidência da comissão de demarcação afeta ao já Marechal do Exército Soares de Andréa, a despeito de se achar reformado e na avançada idade de 80 anos.

Teve, então, oportunidade de revelar, mais uma vez, a sua reconhecida competência profissional e o seu enérgico

zêlo patriótico, completando trabalhos de mercante relevância, antes de seu lamentável falecimento, a 2 de Outubro de 1856, e de lhe ser conferido o título de Barão de Caçapava.

E' interessante salientar um incidente que se desenrolou entre os comissários que procederam a demarcação da fronteira em questão.

Segundo o Tratado de 15 de Maio de 1852, a linha divisória, ao Sul da Lagoa Mirim, devia seguir a direção do Passo Geral do arroio Chuy ao Pontal de São Miguel. O Coronel Reyes, representante do Uruguay, após os trabalhos geodésicos, baseando-se na tradição dos demarcadores andaluzos, opinara o Pontal Paraguaio como o de São Miguel.

Com tal solução, isto é, se do Passo Geral do Chuy fosse ter ao Pontal Paraguaio, haveria uma grande diferença entre essas duas linhas e o Brasil perderia o importante território compreendido entre a Lagoa Mirim e os passos gerais dos arroios São Miguel e Chuy, além de considerável região na margem oriental da lagoa em aprêço.

Daí o gesto de alto grau de patriotismo do Marechal Andréa, protestando enèrgicamente e afirmando à legação brasileira que — “o território disputado valia bem uma guerra...”

O futuro Visconde do Rio Branco, com a visão que lhe era especial, apresentou um sábio parecer ao Governo Imperial sôbre o assunto, em que destruiu as veleidades do comissário uruguaio.

Ante provas tão concludentes, o Governo Uruguaio opinou pela solução pacífica, firmando o seu representante, o Ministro Florentino Castellanos, com José Maria da Silva Paranhos, o Acôrdo de 22 de Abril de 1853, reconhecendo que, “sendo *uti possidetis* a cláusula que deveria determinar a traço da linha divisória entre Chuy e o São Miguel, essa linha devia correr entre passos gerais dos mesmos arroios, descendo pela margem direita do São Miguel até à Lagoa Mirim, e que, por conseguinte, não tinha lugar o traço que pretendia o comissário oriental.”

Graças a tão nobre atitude de Andréa e Paranhos, o Brasil conseguiu uma vitória sem derramar o precioso sangue de seus caros filhos...

Por uma questão de modéstia, não publicou nenhum livro. Mas, se levarmos em conta os relatórios apresentados, após a conclusão das comissões que exerceu, notaremos verdadeiros ensinamentos de história e geografia do Brasil, que muito concorreram par facilitar a solução de controvérsias diplomáticas com os nossos vizinhos.

E, para coroar o seu amor ao Brasil, deixou um herdeiro, o seu valente filho Manoel José da Vitória Soares de Andréa, descendente admirável que alcançou também o posto de Marechal. Seguindo os exemplos salutarés do venerando progenitor, prestou à nação serviços inestimáveis, honrando as tradições paternas, ao desbaratar, por ordem do imortal Caxias, em 1852, os insurretos mineiros na margem esquerda do rio das Velhas, quando batiam em retirada do arraial de Santa Luzia de Sabará. Depois, em 1866, sob o comando do legendário Osório, distinguiu-se na encarniçada resistência oposta pelas forças brasileiras na primeira batalha de Tuiuti, contra colunas paraguaias que tentaram, de balde, apoderar-se das posições dos exércitos aliados. Finalmente, em 1867, às ordens do bravo Conde de Pôrto Alegre, na segunda batalha de Tuiuti, defendeu galhardamente as trincheiras das forças aliadas.

Possuía o ilustre Marechal, além de outras honrarias, a grã-cruz da ordem militar de São Bento de Aviz; era oficial da imperial do Cruzeiro; comendador da Ordem da Rosa e fidalgo cavaleiro da extinta casa imperial.

Podemos afirmar, senhores, que Soares de Andréa foi um benemérito da Pátria brasileira. Tinha presente, em toda parte e sempre, a divisa dos antigos cavaleiros: "Cumpre o teu dever, aconteça o que acontecer".

Nunca o seu ânimo forte se deixou abalar pela superioridade do inimigo.

Não temia e nem receiava a maldade dos homens; o que importava era cumprir o que lhe fosse confiado. Para êle, não havia barreira que não pudesse vencer pelo patriotismo.

A imagem da lei era o seu culto; preferia a morte à deshonra de transigir com os poderosos ou fraquejar ante as sedutoras solicitações do coração. Sentia que os direitos do Brasil dominavam os dos indivíduos.

Tinha em mente o axioma da sabedoria, a verdade primária: "Bondade sem força bem pouco segura está!"

Eis, senhores, o que fez pelo Brasil e o que foi o grande Marechal do Exército Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava.

E é findo o rápido bosquejo da nobre e laboriosa vida do conspícuo potrono da cadeira onde vinha pontificando o nosso saudoso secretário, Coronel Luiz Lobo.

Sócio-fundador dêste Instituto, foi o ilustre Coronel uma personalidade de relêvo, que teve sempre por escôpo o seu progresso e a elevação do seu conceito entre as associações do mesmo gênero.

Relembrando-o num instante de dor, na homenagem póstuma da sessão de 13 de Junho último, não me foi possível dizer senão pouco do muito a que faz jús.

Luiz Lobo foi figura de grande projeção no seio de sua classe, mantendo sempre num fogo sagrado a reminiscência e as trarições dos nossos avoengos, no trabalho incessante e nobilitante do engrandecimento do Brasil.

Educado na austera escola do dever, galgou, pelo próprio esforço, todos os degraus da carreira que abraçou até que, atingindo ao posto de Coronel de artilharia, num momento que lhe acenavam com o generalato, deixou a atividade por uma questão de idéias. Demonstrou, assim procedendo, a sua perseverante diretriz de honra, dignificando a sua personalidade num puro e simbólico gesto.

Não acreditava que a inquietude do cenário político e social brasileiro, em 1930, eclodindo numa revolução que agitou o país de Norte a Sul e de Leste a Oeste, resultasse na unificação integral; nem no esforço e no ideal que a vontade do povo exteriorizava, visando a sua unidade nacional e uma só bandeira; e menos ainda na estabilidade e no equilíbrio contrários aos interesses regionais e partidários.

Era pelo regime democrático, que é o aperfeiçoamento contínuo dos princípios altruísticos, amoldando-se na constante evolução social e o único a se desenvolver pela sabedoria e serenidade de ação e capaz de erguer os alicerces econômicos, com a consequente prosperidade do país.

Portanto, sob qualquer prisma, Luiz Lobo avulta pela simpatia e pela admiração, plenamente justificadas à proporção que se vai conhecendo a sua brilhante fé de ofício, a qual contém exemplos de disciplina, ordem e zêlo nas menores cousas, ressaltando a sua diligência, o carinho e a honestidade com que sempre encarou o patrimônio nacional.

Daí haver sido uma dessas figuras de cidadão-soldado que se impõem à consideração pela rigorosa disciplina exigida dos seus subordinados, sem, todavia, deixar de se fazer estimado por todos, numa compreensão de ânimo e de elevado sentimento pátrio, tudo na mais perfeita harmonia de conjunto, com o aproveitamento integral das forças que movimentava.

Quando diretor da Fábrica Militar do Realengo, realizou obra modelar, digna dos mais rasgados encômios, revelando-se um técnico de invejável capacidade.

Ainda muito jovem, ingressou na legendária Escola Militar da Práia Vermelha, numa época em que as paixões políticas referviam, incendiando-se os ódios, deflagrando-se os interesses e ambições. O sôpro quente das lutas, a lava subterrâneas das subversões puderam abrir caminho na fúria implacável dêsse eterno agitar da alma humana e chegar àquele tradicional educandário militar.

Luiz Lobo, simples cadete, colocou-se ao lado de Floriano Peixoto, pois via a imagem da legalidade personificada na sua magna figura de patriota.

Tinha por norma a excelsa sentença de Homero: "O melhor dos augúrios é combater pela pátria. A morte mais poupa do que ceifa os guerreiros que não a temem; e para os fugidiços, não há nem fôrça nem glória."

Para êle, o dileto Marechal de Ferro" era a encarnação dos princípios democráticos, o guia impoluto e mbusca da vitória, o reivindicador das liberdades pátrias, o salvador da soberania nacional.

Embora tivesse admiração por Euclides da Cunha, não perdoava as referências depreciativas que publicou em seu livro "Contrastes e Confrontos", a respeito de Floriano.

Sentia-se enlevado ao ler Sílvio Romero contradizendo o grande romancista de "Os Sertões", ao afirmar que, a despeito de tudo, o Marechal de Ferro conquistara o seu lugar na história pátria por quatro títulos: ser o fator decisivo a 15 de Novembro de 1889; o restaurador da ordem constitucional no contra-golpe de estado; o esmagador das célebres pretensões anárquicas dos treze generais e o vencedor imperturbável da revolta de parte da Armada Nacional.

Citava, com entusiasmo, o belo artigo do nosso presidente, o General Benício da Silva, sob o título "Os Erros de Ouro Preto", acentuando que "os mais impiedosos ataques foram dirigidos a Floriano Peixoto, cuja vida militar immaculada lhe outorgara elevado conceito em sua classe. A posição que ocupara, no momento da proclamação da República, a ação que lhe coube desempenhar naquela hora decisiva e a projeção que teve na consolidação do regime instituído, tudo isso está em contraste com o papel que lhe fôra atribuído pelo Visconde de Ouro Preto".

Em seu patriótico artigo, na "Revista do Clube Militar" de Agosto de 1943, "Ficou Então Para Sair Depois", focaliza, mais uma vez, a personalidade do inolvidável Marechal,

quando diz que êle destruiu, então, "a ronda da matula insaciada do ensilhamento, da camarilha dos banqueiros das missões fantásticas, dos jogadores bolsistas e dos beneficiários do tráfico de influência", para felicidade da nação.

Enfim, remata: "E Floriano ficou. Não como senhor de baração e cutelo, mas como sentinela perdida da República dentro da selva selvagia de perfídia de seus inimigos, para alarmar os corações brasileiros do perigo que corriam pátria e instituição, salvando-as mesmo a preço dos maiores sacrifícios. E foi o que êle fez até chegar o depois, consolidando a República."

Sim, o insigne presidente, fragmento glorioso do civismo republicano, cimo o mais elevado da coragem e resistência de nossa raça, personificação a mais genuína da resignação e de tenacidade, do estoicismo e da inquebrantabilidade, da paciência e do valor, estava com a razão e salvou a nação das arremetidas dos iconoclastas.

Incorporando-se Luiz Lobo à fortaleza de São João, foi designado para prestar os seus serviços no velho canhão Armstrong 550, que se popularizou com o pitoresco nome de "Vóvó", portando-se sempre com arrôjo ao lado dos seus bravos companheiros de lutas; um dos sobreviventes daquela eficiente guarnição é o nosso querido General Cesar Augusto Pargas Rodrigues.

A princípio, a ação dêsse secular canhão não foi produtiva e não pode impedir a entrada e saída da barra pelo lendário "Aquidabã", em cuja proa os seus marinheiros, conforme a lenda, em sinal de desprêso, colocaram a seguinte inscrição: "Quando a Vóvó cansar, mande a Mamãe".

Porém, as cousas mudaram, quando a guarnição tomou pé, introduzindo concertos técnicos necessários ao bom funcionamento de tão importante material de artilharia, ainda considerado naquela época.

Abrindo, em certo momento, um fogo devastador sôbre o "Aquidabã" e fortaleza de "Villegaignon", destruiu o célebre Moncrif, a eclipse dessa praça militar, pondo a pique diversas embarcações armadas em guerra pelos revoltosos. Daí haver concorrido para que o invicto encouraçado não mais tentasse transpor o canal, ficando assim os legalistas dominando a situação na nossa bela baía de Guanabara.

E a legalidade acabou vitoriosa naquele glorioso 13 de Março, continuando o Brasil geográfica e militarmente for-

te, porque além da sua imensa grandeza, onde planícies e florestas lhe fornecem todos os recursos, Floriano ainda era apoiado pelo povo, consciente do imperativo histórico que lhe traçara o destino alviçareiro, conjugando o ideal cívico e heróico com a alma da nação.

Escritor de talento, Luiz Lobo era dotado de uma cultura que vasava trabalhos literários de grande valor, como a expressiva crônica que escreveu sobre a peça "Vóvó" e os estudos geográficos e históricos sobre o Brasil, realizados na qualidade de oficial do Estado Maior e engenheiro geógrafo; buscava sempre pôr em relêvo, com notável clarividência, a grandeza da Pátria.

E' que para êle a inteligência caracteriza-se por uma compreensão natural da vida. Assim, na opinião de Bergon, encontram-se na consciência humanas as mesmas formas geométricas do cosmos, sendo lamentável não se possuir uma técnica de molde a se penetrar nos misteres do cérebro e a se sentir a harmoniosa associação de suas células!

A história militar que escreveu sobre o Pará, revela ter sido um precioso pesquisador, mórmente no tocante á guerra dos Cabanos, à qual, todavia, não procurou dar a feição de um ideal libertador nativista.

Descrivendo aqueles acontecimentos com a imparcialidade que sempre marcou o seu feitio de homem justo, põe em evidência o gesto patriótico de Francisco Pedro Vinagre e de Eduardo Francisco Nogueira Angelim, opondo-se, em certo momento, aos franceses da fôrça naval de Caiena e aos ingleses dos navios de Strong, em 1835 e 1836, respectivamente, quando tentaram antepor-se à soberania brasileira, exigindo, em tom insolente e audacioso, satisfações que aviltariam a bandeira nacional e a nossa Pátria.

E num rasgo de entusiasmo, escreve: "Quaisquer que tenham sido os crimes desses dois chefes rebeldes, tais atos de enérgico patriotismo, praticados em circunstâncias excepcionais da vida do povo paraense, não podem ficar sem o destaque de uma menção tão honrosa para suas memórias, quanto consoladora e grata para o nosso coração de brasileiros!"

Analisando sem deslumbre a personalidade do pacificador daquela província rebelada, afirma: "Inflexível mantenedor da disciplina, jamais a tropa do Pará atravessou regime que se possa comparar ao da administração do íntegro General Andréa. Meticuloso no seu processo de govêrno, absolutamente inteirado dos assuntos da gerência, talhada à antiga caserna, com rispidez de modos que amenisava, en-

tretanto, com suave bondade muitas vezes, Andréa construiu com seu govêrno e com a maestria com que dominou a anarquia que ameaçou tragar a Amazônia, um dos maiores padrões de sua competência como administrador e como General."

E' por tudo isso que o bom escritor contribúi para as grandes vitórias das idéias, fazendo despertar, no ânimo de seus sectários, com seus cânticos épicos, o amor da pátria e o culto dos heróis.

Orador fluente, prendia o auditório a uma emoção que tinha o ímpeto das ondas que estrugem procelosamente, avançando rápidas, mas depressa se retraindo e se desfazendo sôbre a arêia alvíssima da práia.

Admirador exaltado da arte, contemplava o quadro esculpido pela natureza, como se poeta fôra; sentia as emoções fisiológicas e civilizadoras da arte, que o transformava em um lirista brilhante pela imaginação e pela admiração enternecedora. No entanto, a música para êle às vezes era motivo de nostalgia e não de alento e entusiasmo; era como que uma composição de notas associadas para ocultar a monotonia de seus sons, modalidade de gargalhada harmoniosa feita de soluços estridentes! Outras veezs, parecia-lhe sem ondulações sonoras, qual uma combinação da esterilidade das estepes com a taciturnidade das paisagens de Java, onde as aves não cantam!

Sua palestra encantava. Risonhas esperanças acalentavam sua alma, deixando-a em êxtase, num mixto incoerente de sonhos, ao fitar o clarão do futuro imarcessível e prodigioso.

Sem embargo do seu patrimônio científico, continuou psicologicamente inexorável na preponderância do instinto civilizador da religião católica.

Para êle, era, como escreveu o notável publicista Caetano Lopes de Moura, contradizendo os filósofos que negam a imortal obra de Deus: "...que quando estivermos a ponto de colher os frutos de vossas longas vigílias, e de tomar posse da glória, que por tão relevantes descobrimentos vos deve pertencer, das entranhas da terra, ou do seio de uma nuvem soará uma voz, que virá desmentir vossas doudas teorias, concebidas sem a assistência de Deus, sem a celeste influência da eterna e imutável verdade..."

Senhores. A prosperidade de um povo, em princípio, é a obra comum das gerações passadas, que pacientemente acumularam os portentosos ensinamentos de que tanto

aproveitamos, fixando-os no aperfeiçoamento moral e cultural da humanidade. Daí haver concebido o grande filósofo Augusto Comte o seu notável princípio: "Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos."

E, homenageando os nossos consócios que se foram, devemos tomar como pedra de toque a difusão daqueles sublimados exemplos, que o gênio esculpe na alma, à semelhança das ondas marinhas, que escrevem nas praias de alvura deslumbrante o verbo da grandeza oceânica, cuja canção, numa nostalgia sem fim, faz lembrar os cânticos etéreos de Lamartine e o suspiro lacrimoso da guzla da Haydée de Alexandre Dumas.

Tenho dito.

